

Fidel Castro, a revolução cubana e a América Latina

Luiz Alberto Moniz Bandeira*

Quando o ditador Fulgêncio Batista, sem mais condições de manter-se no poder, renunciou durante o *reveillon* de 1959 e, secretamente, fugiu de Cuba para a República Dominicana, não foi só o seu governo que caiu. Todo o Estado cubano se havia desintegrado e 1959 tornou-se um ano realmente novo. Dias depois, centenas de guerrilheiros barbudos, grande parte de *guajiros* (trabalhadores do campo), sujos, uniformes rasgados, entraram em Havana, sob o comando de Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos. Era o clímax de uma epopéia, iniciada por apenas 16 sobreviventes, dos 82 que desembarcaram do iate Granma, no litoral Cuba, em 2 de dezembro de 1956. Fidel Castro tinha então 25 anos e, durante dois anos, comandou a guerra de guerrilhas, juntamente com seu irmão Raúl Castro, Che Guevara e Camilo Cienfuegos, organizando o Exército Rebelde, que destruiu a ditadura dos sargentos Fulgêncio Batista, respaldada pelos Estados Unidos.

A revolução cubana foi o fato político mais poderoso e o que maior impacto causou na América Latina, ao longo do século XX, não por causa do seu caráter heróico e romântico ou porque o regime implantado por Fidel Castro evoluiu posteriormente para o comunismo, mas porque ela exprimiu dramaticamente as contradições não resolvidas entre os Estados Unidos e os demais países da região. Não foram os comunistas que promoveram a revolução cubana, no contexto da Guerra Fria. Conquanto alguns de seus líderes, como Ernesto Che Guevara e o próprio Fidel Castro, em pequena medida, acolhessem idéias marxistas, eles não pertenciam a nenhum partido comunista e não era inevitável que a revolução cubana se desenvolvesse a tal ponto de identificar-se com a doutrina comunista e instituísse a sua forma de governo. Com razão, o historiador Thomas Skidmore, da Brown University, apontou Cuba como “um estudo clássico do fenômeno nacionalista”, acrescentando que o povo podia ver o caráter autoritário do regime, mas “o real apelo do regime de Castro era o nacionalismo”. Com efeito, a revolução cubana foi autóctone, teve um caráter nacional e democrático, e a implantação de um regime segundo o modelo dos países do Leste Europeu resultou de uma contingência histórica, não de uma política empreendida pela União Soviética, ma, sim, empreendida pelos Estados Unidos que, sem respeitar os princípios da soberania nacional e autodeterminação dos povos, não aceitaram os atos da revolução, como a reforma agrária, e transformaram contradições de interesses nacionais em um problema do conflito Leste-Oeste.

Em abril de 1959, quatro meses após a tomada do poder em Havana, Fidel Castro esteve em Buenos Aires, a fim de participar conferência do Comitê dos 21, organismo encarregado de estruturar a Operação Pan-Americana, e seu discurso, segundo o então presidente Juscelino Kubitschek, refletiu “melhor do que os demais a tragédia da América Latina”, dada a crieza que ressaltava de suas palavras. Causou “verdadeiro impacto” ao reclamar dos Estados Unidos uma ajuda financeira à América Latina, no valor de US\$ 30 milhões. Kubitschek, após conversar com Fidel Castro em Brasília e ter “a oportunidade de conhecer, em profundidade, seu pensamento”, concluiu que ele era “um idealista amargurado, que sofrera na carne as conseqüências do apoio dado pelos Estados Unidos às ditaduras m América Latina”, uma vez que Cuba fora marcada por “longa tradição de tirania” e seu povo, havendo

* Luiz Alberto Moniz Bandeira é cientista político, professor emérito da Universidade de Brasília e autor de mais de 20 obras, entre as quais **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**.

suportado “o garrote do regime de Batista, não conseguia separar a trágica realidade da situação interna do apoio irrestrito de Washington ao opressor do país”.

Ao regressar de Buenos Aires, Fidel Castro passou pelo Rio de Janeiro e fez um discurso na Praça Barão Rio Branco, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e no qual repetiu basicamente o que dissera em Buenos Aires: “Ni pan sin libertad ni libertad sin pan”. Lembro-me bem destas suas palavras, pois estava ao seu lado no palanque. E, em Havana, Fidel Castro voltou a reiterar que “la ideología de nuestra revolución es bien clara; no solo ofrecemos a los hombres libertades sino que le ofrecemos pan. No solo le ofrecemos a los hombres pan, sino que le ofrecemos también libertades”. Ao longo do discurso, durante o qual tratou de definir a ideologia da revolução, Castro, após salientar que no mundo se discutiam duas concepções, a que oferecia aos povos democracia e matava-os de fome e a que oferecia pão, mas lhes suprimia as liberdades, afirmou:

“Nosotros nos vamos poner a la derecha, no nos vamos poner a la izquierda, ni nos vamos poner en el centro, que nuestra Revolución no es centrista. Nosotros no vamos poner un poco más adelante que la derecha y que la izquierda. Ni a la derecha ni a la izquierda, un paso más allá de la derecha y de la izquierda”.

Em abril de 1960, quando estive em Havana, acompanhando Jânio Quadros, então candidato à presidência do Brasil, vi Fidel Castro mostrar-lhe um crucifixo que trazia pendurado no pescoço, indicando que não era comunista e que respeitava a Igreja. Mas, um ano depois, em 16 de abril de 1961, após o bombardeio dos aeroportos de San Antonio de los Baños, Santiago e Havana pelos aviões da CIA, Fidel Castro, após compará-lo, com justo motivo, ao ataque perverso e traiçoeiro do Japão a Pearl Harbor, em 1941, declarou que os Estados Unidos não perdoavam Cuba porque “esta es la revolución socialista y democrática de los humildes, con los humildes y para los humildes”.

Ao fazer essa declaração, Fidel Castro buscou comprometer a União Soviética na defesa de Cuba. Ele jogou com o conflito político e ideológico que então eclodira entre Moscou e Pequim e dividira o Bloco Socialista, pois temia que Nikita Kruchev, na linha coexistência pacífica e em entendimento com John Kennedy, trocasse Cuba por Berlim Ocidental, em prol de melhores relações com os Estados Unidos. A proclamação do caráter socialista da revolução cubana, porém, representou igualmente duro golpe nos dogmas cristalizados por Joseph Stalin e outros líderes comunistas, sob o rótulo de marxismo-leninismo, uma vez que ela fora realizada não por um partido supostamente operário, constituído sob as normas do chamado centralismo-democrático e rotulado de comunista, mas pelo Movimento 26 de Julho, uma organização composta, sobretudo, por elementos das classes médias, que, no curso da guerra de guerrilhas, passaram a incorporar camponeses e trabalhadores rurais, os *guajiros*, ao Exército Rebelde, em benefício dos quais realizaram a reforma agrária.

De conformidade com a ortodoxia stalinista, Cuba não tinha condições materiais senão para realizar uma revolução agrária e democrática, mediante a instalação de um “governo patriótico”, de união com a burguesia progressista, que se propusesse a impulsionar o processo de industrialização e, libertando o país do domínio imperialista, promover o desenvolvimento econômico e a emancipação nacional. Os dirigentes comunistas, que visitavam Havana, consideravam a revolução em Cuba estranha ao modelo, por eles reconhecido, dado lá não existir um operariado industrial, e julgavam Fidel Castro e seus companheiros um “grupo inexperiente, com formações ideológicas diversas e pouco definidas”, orientados pelo que qualificaram como “marxismo amador, ou melhor ainda, como cubanismo”. Ouvi quando Luiz Carlos Prestes, então secretário-geral do PCB,

qualificou Fidel Castro como “aventureiro”, em entrevista à imprensa do Rio de Janeiro, em 1959.

A revolução cubana assim produziu profundas conseqüências na América Latina, onde a tendência das Forças Armadas para intervir, como instituição, no processo político, a partir de 1960, não decorreu apenas de fatores endógenos e constituiu muito mais um fenômeno de política internacional continental do que de política nacional, argentina, equatoriana, brasileira etc., uma vez que fora determinada, em larga medida, pela mutação que os Estados Unidos estavam a promover na estratégia de segurança do hemisfério, redefinindo as ameaças, com prioridade para o inimigo interno, e difundindo, através, particularmente, da Junta Interamericana de Defesa, as doutrinas de contra-insurreição e da ação cívica. Tanto isto é certo que a intervenção das Forças Armadas, a princípio, visou, sobretudo, a ditar decisões diplomáticas, a modificar diretrizes de política exterior, e ocorreu, geralmente, nos países cujos governos se recusavam a romper relações com Cuba. E daí o surto militarista, com a propagação dos golpes de Estado, que tinham como principal fonte de inspiração a Junta Interamericana de Defesa, visando a impedir que outro Fidel Castro surgisse na América Latina.

Fidel Castro foi o mais importante líder da América Latina, no século XX, e o fato de que permaneceu quase meio século no poder, apesar do bloqueio e de todas as pressões, inclusive dezenas tentativas de assassinato pela CIA, representou a maior derrota política que os Estados Unidos sofreram, apesar de seu enorme poderio econômico e militar.